



OCUPE ESTELITA: DAS TRAMAS INSURGENTES À MOBILIZAÇÃO DE DIREITOS NA POLÍTICA URBANA

DAVID TAVARES BARBOSA¹

Resumo: O presente artigo se propõe a refletir sobre a experiência recente de insurgência urbana expressa pelo Ocupe Estelita. Com atuações a partir de 2012, esse movimento se apresenta como uma estratégia de oposição à implantação de um empreendimento imobiliário de grande impacto na cidade do Recife. Além de se apresentar como um ativismo de oposição pontual ao projeto imobiliário referido, essa estratégia de enfrentamento nos ajuda a compreender como novos movimentos têm ampliado o campo de luta pelo espaço urbano e sinalizado novos interesses e pautas sociais. Neste artigo, centraremos nossa análise do Ocupe Estelita a partir de três questões centrais: i) uma interpretação de suas atividades de *ação direta* (passeatas, ocupações, etc.); ii) apreensão das *disputas de subjetividades* que desenvolvem perante os processos de transformação do Recife; e, por fim, iii) problematizar as *lutas institucionais* desenvolvidas por esse coletivo de cidadãos.

Palavras-chave: Ocupe Estelita; Recife; Insurgências urbanas

Abstract: The present article proposes to reflect on the recent experience of urban insurgency expressed by the Ocupe Estelita. With operations starting in 2012, this movement presents itself as a strategy of opposition to the implementation of a real estate project of great impact in the city of Recife. In addition to presenting itself as an occasional opposition activism to the aforementioned real estate project, this coping strategy helps us understand how new movements have broadened the field of struggle for urban space and signaled new interests and social patterns. In this article, we will focus our analysis of the Ocupe Estelita from three central issues: i) an interpretation of its *direct action* activities (marches, occupations, etc.); ii) apprehension of the *disputes of subjectivities* that develop before the transformation processes of Recife; and, finally, iii) to problematize the *institutional struggles* developed by this collective of citizens.

Key-words: Ocupe Estelita; Recife; Urban Insurgency

1 – Introdução

No dia 23 de março de 2012, em audiência pública na Câmara de Vereadores da cidade do Recife, a promotora do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural do Ministério Público de Pernambuco, Belize Câmara, iniciou o discurso que proferiu naquele dia com uma lembrança: perante a lei, nós [a sociedade civil] temos a garantia de poder participar diretamente do planejamento e gestão de nossas cidades². Sua atuação nessa audiência, complementada pela intervenção de uma plateia lotada de cidadãos insatisfeitos com os rumos do planejamento urbano

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nível doutorado. E-mail de contato: davidtgeo@gmail.com.

² Audiência convocada pelo vereador Múcio Magalhães, em resposta à pressão de diversos grupos que queriam debater os impactos do empreendimento “Novo Recife”. A audiência está disponível na internet: i) audiência completa: <https://www.youtube.com/watch?v=3IkIRWkm9Sw>; ii) “Desconstrução civil” (Vurto, 2012, 13’): <https://vurto.com.br/2012/03/17/desconstrucao-civil/>.



recifense, se tornaram emblemáticas ao momento inicial de gestação do conjunto de atuações contrárias à implantação do empreendimento Novo Recife³.

Três semanas depois, no dia 15 de abril de 2012, os grupos de cidadãos que se articularam para solicitar a audiência pública, em diálogo com movimentos sociais diversos, realizaram a primeira *ocupação-manifesto* do Cais José Estelita, divulgada e amplificada nas redes de sociabilidade (reais e virtuais) como #OcupeEstelita. Esse movimento de ocupação tinha um direcionamento e oposição claras: “contra o projeto previsto pelas construtoras [o empreendimento Novo Recife], contra a convivência do poder público com ele e a favor de um uso mais responsável e democrático dessa propriedade [o Cais José Estelita]”⁴.

O Cais José Estelita corresponde a um amplo terreno entre o centro histórico-geográfico e a zona sul do Recife. Foi construído no fim da década de 1930, a partir de sucessivos aterros quando, em virtude do processo de modernização ocorrido na cidade, os bairros do centro histórico do Recife foram alvos de planos urbanísticos. Pensado inicialmente como expansão do Porto do Recife e aterrado para abrigo de galpões de armazenamento, passou a integrar também o Pátio Ferroviário das Cinco Pontas. Este novo cais do Recife se consolida apenas no início da década de 1950 e suas obras de urbanização finalizadas na década de 1960 (PONTUAL, 2007).

Neste espaço, existe um conjunto de equipamentos e instalações portuárias e ferroviárias, tais como galpões, armazéns e residências de antigos trabalhadores. Atualmente, o terreno é o centro da polêmica em torno do projeto de reconfiguração “Novo Recife”. Nele, um grupo de construtoras propõe transformar o espaço a partir da construção de um conjunto de grandes edifícios residenciais, empresariais e hotéis, além de um conjunto de obras viárias.

³ A promotora Belize Câmara teve atuação direta na oposição ao Novo Recife, durante o primeiro ano do Ocupe Estelita. Como representante do Ministério Público, cobrou respeito à Constituição, leis orgânicas e legislações urbanísticas. Igualmente, denunciou um conjunto de “falhas institucionais” (leis ultrapassadas, indefinições “legais” do zoneamento urbano), a ausência de estudos de impacto (ambiental, impacto de vizinhança, etc.) e a “utilização cega” de parâmetros legislativos. Em março de 2013, foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente municipal, voltando à Promotoria da Criança e da Juventude de Jaboatão dos Guararapes, onde é titular. Sua transferência gerou desconfiança e uma série de protestos por parte dos integrantes do Ocupe Estelita, que viram na atitude uma “ingerência política e econômica dos grandes grupos empresariais” perante a cúpula do MPPE. Maiores informações: <https://direitosurbanos.wordpress.com/?s=belize+c%C3%A2mara>.

⁴ Questão exposta em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>.



De acordo com o projeto original, as torres propostas variam entre 21 e 41 pavimentos, estando acompanhadas de cinco torres-garagens, além da implantação de um píer, da construção de uma plataforma de acesso ao píer sobre a Avenida José Estelita e restauração de alguns armazéns próximos ao Forte das Cinco Pontas. O terreno em questão, localizado no Cais José Estelita, foi leiloado em 2008, onde o consórcio das empresas que compõem o Novo Recife adquiriu a propriedade do terreno ao desembolsar um montante equivalente a R\$ 55,4 milhões. O terreno leiloado era propriedade da RFFSA, rede ferroviária fundada em 1957 e que permaneceu como empresa pública por 40 anos.

Perante esses processos de renovação urbana, o Ocupe Estelita emergiu como um grupo de pressão que a partir de ações de ocupação de espaços públicos, uso do meio audiovisual para contestação, produção de debates e eventos, dentre outras metodologias, contribuem para a promoção de discussões ampliadas sobre o acirramento da questão urbana do Recife. Mais que um grupo coeso, há um coletivo aberto e autônomo de cidadãos e grupos articulados com o objetivo de discutir os problemas da cidade, mas também propor novas ideias e rumos ao planejamento.

Atualmente, as torres ainda não subiram no Cais, fruto do enfrentamento do coletivo, que continua ativo e realizou em 21 de maio de 2017 o “#OcupeEstelita+5”, ação comemorativa e de reafirmação da luta do movimento, mas apontando novas pautas reivindicatórias para além da oposição ao empreendimento imobiliário. A partir das ações iniciais de ocupação, alguns grupos de cidadãos construíram outras plataformas de atuação que, de forma articulada ou isolada, tem ampliado as reivindicações, articulando uma pluralidade de pautas, sinalizando mobilizações para “escancarar processos estruturais da sociedade e catalisar debates transversais”⁵.

Neste artigo, gostaríamos de desenvolver algumas reflexões sobre o percurso do Ocupe Estelita de 2012 à 2017, segundo interpretação do “acúmulo sociopolítico” de suas ações (político-pedagógico, cultural-simbólico...) (SOUZA, 2015). O debate será conduzido a partir de três questões: análise de suas atividades de *ação direta*; apreensão das *disputas de subjetividades*; e, análise das *lutas institucionais* adotadas por esse movimento como metodologia de ação de resistência.

⁵ Evento no Facebook: https://www.facebook.com/events/564675473736094/?ref=br_rs.



2 – Narrativas e ações entre legitimação e contestação

“A cidade é nossa. Ocupe-a!”. “Ocupar! Resistir!”. Palavras de ordens reclamadas em diversos debates e ações insurgentes observados na política urbana recifense contemporânea. Anseios políticos que alcançaram rápida expansão (além do local) através das redes sociais na internet, das ações de ocupação e debate no espaço público, em momentos de diálogo com entidades públicas, festivais de cinema, etc. Tais palavras são simbólicas e marcam a ação política do Ocupe Estelita, grupo insurgente que tem promovido estratégias de ocupação festiva e política do espaço público, com críticas sobre as escolhas do planejamento urbano.

Identificado como um grupo de contestação com metodologia de atuação variada (ocupações, usos políticos da arte, “batalhas jurídicas”, etc.) o Ocupe Estelita alcançou rápida expansão via redes sociais e ações e debates ocorridos no espaço público. Conforme dados apresentados por Castriota e Braga (2016), o movimento já realizou mais de 300 ações, divididas em quatro eixos de atuação: i) pedagogia e conteúdos de uma nova forma de relação social (oficinas, assembleias, feiras); ii) formas de resistência política (ocupações, manifestações de rua); iii) ações para repensar a cidade (debates, aulas públicas, palestras, rodas de diálogo); iv) arte, cultura e dinamização urbana (apresentações culturais, exposições, mostras).

Da diversidade de atuações, a que mais chamou atenção do público em geral, principalmente até o ano de 2015, corresponde às ações de ocupação do espaço público, metodologia de atuação compreendida como reativa ao anúncio de projetos de intervenção que requerem uma contestação emergencial. Além de uma ocupação sem propósitos, tais estratégias de *ação direta* combinam aspectos políticos e culturais para criar táticas de *resistência*, estratégias de oposição às *demandas urgentes* da política urbana. Caso, por exemplo, do *#OcupePrefeitura*, reação à votação ilegal do Novo Recife no Conselho de Desenvolvimento Urbano da prefeitura municipal⁶ e do acampamento no Cais Estelita, como ação emergencial frente a destruição parcial e ilegal dos armazéns de açúcar presentes no Cais⁷.

⁶ O Ocupe Prefeitura ocorreu no último mês de mandato do prefeito João da Costa (PT), realizados nos dias 30/11/2012, 21/12/2012 e 28/12/2012, quando o empreendimento foi colocado para debate e votação no CDU sem cumprir importantes requisitos formais. Quando o movimento chegou ao prédio da Prefeitura, encontraram uma reunião que ocorria a portas fechadas, ficando presos nas escadas



Neste sentido, compreendemos essas estratégias de ocupação como táticas de enfrentamento aos “processos coloniais” de intervenção urbana e consumo da paisagem em curso. Conforme destacamos em pesquisa anterior, vislumbramos no Novo Recife um processo de colonização dos espaços da capital pernambucana, a partir do enlace entre objetivos econômicos e anseios políticos, de um urbanismo enquanto instrumento de valorização e transformação territorial pelo consumo da paisagem (BARBOSA, 2014). Perspectiva próxima ao exposto em texto recente de Moser (2016), que considera o referido empreendimento como um projeto de desenvolvimento com elementos de autoimperialismo, que olha a paisagem (e as pessoas nessa paisagem) como alvos a conquistar, consumir.

São ocupações que possibilitam que a luta contra o Novo Recife deixe de ser uma disputa ideológica, porque os problemas e as mobilizações são mostrados de forma real no espaço, segundo problematização além da escala local. Igualmente, a partir da reunião de atores interessados em pensar e agir sobre novas estratégias mais democráticas ao planejamento urbano, desafiam a ideia de equivalência entre consumo e desenvolvimento, presente na proposta empresarialista e colonial de intervenção urbana sinalizada pelo Novo Recife (BARBOSA, 2014; MOSER, 2016).

Numa sociedade fragmentada e desigual, como a recifense, pensamos que as mobilizações do Ocupe Estelita ajudaram a (re)criar “pontes imaginárias” entre grupos com interesses próximos, evocando de forma contundente a necessidade do desenvolvimento local de uma “consciência cívica” que reconheça a coexistência pacífica das múltiplas identidades e classes sociais (BARBOSA, 2014; BITOUN, 1993). Além de ocupar e questionar a legalidade do Novo Recife, esse movimento

do 12º andar da Prefeitura. Contrário a todas as mobilizações desenvolvidas, a Prefeitura do Recife, a partir do Conselho de Desenvolvimento Urbano, aprovou no dia 28 de dezembro de 2012, o Projeto Novo Recife – clara manobra ao apagar das luzes de um ano marcado por crescente contestação. Para alguns opositores, a aprovação foi irregular, visto que algumas liminares judiciais deferidas conseguiram congelar o empreendimento, segundo diversos questionamentos.

⁷ Em maio de 2014 o Consórcio Novo Recife, na calada da noite, conseguiu autorização da Prefeitura do Recife para demolir os armazéns de açúcar presentes no Cais José Estelita, mesmo após a justiça ter proibido a realização de qualquer obra no terreno, em função da ausência de estudos obrigatórios. No dia seguinte ao início da demolição, ativistas do Ocupe Estelita montaram acampamento no Cais José Estelita e permaneceram por 28 dias, quando foram brutalmente removidos por forças policiais na madrugada do dia 17 de junho de 2014. Mais informações: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>. Filme “Braço armado das empreiteiras”: <https://www.youtube.com/watch?v=-cw67cCuni0>.



tem apresentado o potencial de revelar outras opções de planejamento que rompem com as ideias de funcionalidade e rentabilidade, outorgando novas qualidades, formas, maneiras e elementos de ver, conviver e transformar os espaços, adotando o interesse público como base de intervenção.

São ações que fortaleceram discursos contestatórios, provocaram a entrada de outros sujeitos sociais no debate sobre o planejamento da cidade, retomando o debate sobre a cidade (e do direito à cidade) como uma construção coletiva e com função social, sem permitir que interesses particulares se sobreponham ao bem-estar comum. Convém destacar que em diversas estratégias de ocupação e debate, o Ocupe Estelita conseguiu juntar “*do mesmo lado*” jovens brancos de classe média, moradores de bairros populares, artistas (locais e nacionais), cidadãos recifenses de distintas localidades, pesquisadores, professores e estudantes universitários, com estratégias de apoio, participação e engajamento diversos.

Em artigo sobre movimentos de resistência cultural, Castriota e Braga (2016) destacam que iniciativas como o Ocupe Estelita, onde setores da sociedade partem para a “ação direta” via ocupação/reutilização de espaços públicos com valores patrimoniais, podem ser nomeados como experiências insurgentes da área do patrimônio. Tais ações, numa crítica à representatividade do poder constituído ou das instâncias formais de participação, ocupam ruas, praças e edifícios abandonados (ou não utilizados) como estratégia para recolocar o direito à cidade e à memória em questão.

Em perspectiva próxima, Pruijt (2013) em artigo sobre os *urban squatting* na Europa, tem nomeado processos de ocupações que intentam garantir a preservação de conjuntos urbanos e paisagens submetidas a processo de transformação como “*conservational squatting*” (*ocupação conservacionista*, em livre tradução). Tais táticas de ocupação, segundo o autor, ao mesmo tempo em que sinalizam lutas pela preservação/conservação de paisagens urbanas, também objetivam preservar funções sociais frente a processos de renovação urbana e processos de expansão imobiliária.

A partir da “perspectiva insurgente do patrimônio”, gostaríamos de considerar que as ações observadas no Ocupe Estelita apontam um novo caminho não apenas



às lutas pela preservação do patrimônio – aspecto que Castriota e Braga (2016) se detêm com mais profundidade – mas indicam o *patrimônio como um recurso político* mobilizado na construção de estratégias de resistência e construção de visibilidade social. São insurgências expressas *no, pelo e a partir do* patrimônio: o próprio patrimônio como um objeto de interesse, de disputa, de demanda, mas também como um instrumento que canaliza outros objetivos. Convém lembrar que o Estelita representa algo além de um conflito patrimonial, mas se apresenta como um espaço de disputa por diversas ordens (fundiária, representacional, econômica, social, etc.).

Quando iniciamos o doutorado, a primeira questão que nos estimulou para continuar os estudos iniciados no mestrado sobre o Ocupe Estelita foi a observação da ampliação do debate da memória e/ou patrimônio como elemento formativo e político perante o acirramento da questão urbana local. Mobilizações que buscam o reconhecimento das paisagens do Estelita como um “horizonte nostálgico” com valor histórico à cidade, às pessoas e suas diferentes territorialidades, como um direito coletivo e legítimo a todos os cidadãos do Recife⁸. Pedidos de tombamento da memória ferroviária do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, encaminhadas à órgãos como IPHAN e MPF, na atuação do coletivo “Estelita do Brasil”, dentre outros.

Essa última ação é exemplar ao debate sobre os patrimônios insurgentes. Ela se articulou para solicitar a preservação da memória ferroviária expressa pelo Pátio Ferroviário das Cinco Pontas a partir da entrega de um documento pedindo o tombamento do pátio (e da paisagem associada) ao Ministério da Cultura e IPHAN, em 2015⁹. Apesar do pedido solicitar a preservação da memória ferroviária, a ação foi apresentada como uma estratégia para barrar a construção do Novo Recife e preservação da “*memória da cidade na paisagem*”. A mobilização também articulou uma ação frente ao Ministério Público Federal, conseguindo seu apoio (no âmbito da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e também da 4ª Câmara de

⁸ Questões expostas, por exemplo, no documento “Nosso Recife. Conceitos e metodologias para um planejamento cidadão: repensando o Cais José Estelita”, entregue à Prefeitura do Recife e produzido por professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco como contraponto à proposta de intervenção do Novo Recife. Reflexões também destacadas na tese “Paisagem-postal: A imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano”, de Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

⁹ Representados pelo músico Otto, pelo ativista Sérgio Urt, os professores da UFPE Liane Cirne Lins e Tomás Lapa e do produtor cultural Eduardo Vieira.



Coordenação e Revisão do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) na recomendação do tombamento do parque ferroviário¹⁰. São ações que articulam o reconhecimento social às demandas territoriais e de reconhecimento de identidades (RIBEIRO, 2013).

Conforme reforça Melo Filho (2017), o patrimônio (e as esferas institucionais de gestão patrimonial) corresponde a um recurso político, um campo de forças onde se articulam a mobilização de distintas racionalidades patrimoniais e disputas por reconhecimento e fortalecimento de determinados interesses políticos. Como podemos compreender a partir do exemplo do Estelita, grupos podem mobilizar suas razões patrimoniais (em espaços políticos legitimados ou não) como uma tática de enfrentamento político, mesclando interesses reais de conservação de espaços e práticas sociais, mas também como estratégia para impedir o avanço de processos de transformação urbana.

Igualmente, acreditamos que a expressão de demandas políticas insurgentes associadas à valoração patrimonial e paisagística do Cais José Estelita, expõem uma “ampliação dos horizontes da sensibilidade paisagística” (BESSE, 2014, p. 24) que, em articulação com experiências práticas e empenhos sociais diretos, revelam a emergência de novas formas de mobilização e engajamento da cidadania. São mobilizações que articulam processos de demanda patrimonial e paisagística aos processos de disputa territorial na cidade contemporânea. Debates que revelam a ampliação do debate da memória e/ou patrimônio expressa nas paisagens urbanas como forma de contestação, mas também como canal para reivindicações públicas, ponto de referência para controvérsias em espaços públicos plurais (BARBOSA e SILVA FILHO, 2016).

Além da demanda patrimonial, se observa nessa ação um interesse central sobre a paisagem, como recurso de interesse social. Conforme destaca Ribeiro (2013) transformações recentes na política urbana indicam uma apropriação da paisagem como tema importante para a organização espacial e produção de discursos sobre a cidade e a prática da cidadania. São demandas paisagísticas que

¹⁰ Como resultado, o movimento conseguiu a inserção do pátio na lista do patrimônio cultural ferroviário, cuja homologação declara o valor histórico, artístico e cultural da área operacional do pátio ferroviário. Com a medida, o pátio foi valorado, mas não tombado, o que significa que a decisão não interfere no processo do Novo Recife.



invadem o debate público e ampliam o debate da paisagem para além das políticas paisagísticas convencionais.

Entretanto, além de mobilizações em instâncias patrimoniais, o Ocupe Estelita (e outros grupos formados a partir de suas ações) tem articulado algumas táticas de atuação em outras esferas institucionais, como exemplo do coletivo “A cidade somos nós”, movimento atuante na defesa, ampliação e radicalização do direito à cidade¹¹. Ao longo do primeiro semestre de 2017, esse coletivo promoveu algumas oficinas públicas para elaborar propostas de revisão à Lei Orgânica do Recife, condensadas com a construção do material repassado ao vereador Ivan Moraes Filho (PSOL)¹². São ações que usam a lei e os canais participativos da política partidária de forma tática, como modalidade instrumental para conseguir certos avanços na luta política.

Igualmente, a atuação do vereador acima mencionado também tem sido palco de algumas dessas estratégias de resistência. Ivan Moraes Filho, eleito na primeira eleição que disputou, tem um histórico de militância a partir da pauta dos direitos humanos e democratização da mídia. Em 2016, fez de sua campanha eleitoral uma “candidatura coletiva”, e seu mandato tem apresentado o *slogan* “a gente com mais voz”, segundo o compromisso de ampliar os espaços de participação popular da Câmara Municipal do Recife. A partir do mandato “de portas abertas” à “sociedade civil organizada e desorganizada”, sua atuação na Câmara tem construído parcerias com diversos movimentos sociais, que participam de sua gestão como conselheiros políticos. A partir do diálogo com organizações sociais, inclusive grupos ligados ao Ocupe Estelita, o vereador já protocolou mais de 100 emendas à lei orgânica, buscando assim explorar e fortalecer canais de participação e interlocução direta¹³.

A observação da dinâmica crescente desses diálogos e lutas institucionais tem nos indicado a necessidade de realizar um *giro teórico-metodológico* em nossa pesquisa: considerar o Ocupe Estelita não como um coletivo de atores contra-

¹¹ Formado por pesquisadores de diferentes áreas de interesse e representantes do grupo Direitos Urbanos, dentre os quais Leonardo Cisneiros, professor de filosofia na UFRPE e um dos principais articuladores da plataforma Direitos Urbanos: <https://www.facebook.com/pg/acidadesomosnos/about>.

¹² Questões apresentadas no documento “Propostas para a revisão da Lei Orgânica do Recife”: <https://drive.google.com/file/d/0B8vafzUDciccMEF6ZkRIMjZhM0U/view>.

¹³ Questões expostas em: <https://www.ivanmoraesfilho.com.br/>; <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/04/09/sociedade-civil-quer-mais-espaco-para-debate-na-camara-do-recife-277579.php>.



hegemônicos (em conflito com um Estado de forças hegemônicas) – percepção que defendemos na dissertação de mestrado defendida em 2014 –, mas como uma nova configuração de movimento social em inter-relação e diálogo crítico com as esferas institucionais, em processo de “interação conflitiva com o Estado”¹⁴. Em outras palavras, olhar o Ocupe Estelita não como uma oposição ao Estado, mas como uma diálogo crítico com suas esferas institucionais, para conseguir maior eficácia política e atingir seus objetivos. Não ao acaso iniciamos esse texto com a menção à atuação da promotora Belize Câmara. Sua atuação é exemplar de como o Estado é cheio de conflitos, oscilações e contradições internas, e que o Ocupe Estelita não é uma luta de cidadãos “fora do Estado”. Conforme destaca Teixeira e Souza Lima (2010) o Estado não é uma entidade universal, palpável e definidor das relações políticas e sociais, mas sim um “feixe de relações de poder”, com diferentes portas, tramas processuais e conexões com a realidade política imediata.

Na pesquisa do mestrado, quando consideramos o imbróglio público que se tornou a implantação do empreendimento Novo Recife, analisamos a disputa política em torno da paisagem a partir do embate entre alguns atores que consideramos como “hegemônicos” (grupos vinculados à administração pública, de intervenção privada e das grandes redes de mídia) e “contra-hegemônicos” (grupos de cidadãos que se organizaram para contestar o Projeto Novo Recife). Com essa proposta, buscávamos tão somente problematizar os diferentes usos, representações, significados e discursos atribuídos por diferentes sujeitos na “política da paisagem” do Recife (BARBOSA, 2014).

Entretanto, a partir dos primeiros resultados alcançados com a pesquisa do doutorado, observamos a necessidade de desenvolver uma nova leitura do conflito no/do Cais José Estelita, que considere a utilização de diversos canais e instâncias institucionais como estratégia de resistência. O “uso tático” das institucionalidades expressas nas atuações destacadas acima, permite-nos compreender que, além da

¹⁴ A ideia de “interação conflitiva com o Estado” ainda não está totalmente apropriada em nossa pesquisa. Apreendemos essa ideia durante a Sessão Temática “Novos movimentos e estratégias de luta urbana e regional” que ocorreu no XVII ENANPUR, em maio de 2017, sob coordenação de Danilo Volochko, Natacha Rena e Paula Santoro. A ideia foi apresentada nesse grupo de trabalho para nomear os processos de “lutas dentro do Estado”, dos grupos sociais que reivindicam suas pautas via “lutas institucionais”, participação em conselhos, secretárias, fóruns participativas, etc. Perfil do grupo de trabalho no evento: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=65.



dinâmica de ação de confronto entre dois blocos de atores, os grupos articulados ao Ocupe Estelita não criam oposições ao Estado, mas buscam construir mudanças de orientação e práticas menos *heterônomas* ao planejamento urbano (SOUZA, 2015). E expressam essas táticas explorando “pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados [brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos e fundos públicos, etc.]” (SOUZA, 2015, p. 59).

3 – Considerações Finais

Conforme buscamos demonstrar acima, a partir da articulação dos grupos de cidadãos do Ocupe Estelita, podemos observar algumas mudanças importantes na dinâmica das lutas urbanas contemporâneas: o surgimento de novos conflitos, mas também o aparecimento de novos atores, problemáticas espaciais e demandas por direitos.

A observação dessas atuações sociais, dos produtos diversos desenvolvidos por esses grupos insurgentes, nos permite considerar que tais estratégias mobilizam o patrimônio, a memória, a paisagem e suas territorialidades como recursos políticos de pressão, construção de visibilidades e ação conjunta da sociedade. Tais ações, compreendidos como atos políticos com intencionalidades, levam e/ou podem levar a novas deliberações e novos contextos cidadãos.

Suas estratégias de insurgências e resistências permite-nos apreender que esses grupos tem se apropriado de noções e conceitos amplamente discutidos nas ciências (paisagem, memória, patrimônio, direito à cidade...) como recurso político, vinculados aos anseios expressos em seus quadros de vida e realidade cotidianas. São formas de apropriação dos conceitos e do conhecimento no permanente jogo da negociação social, que podem interferir na emergência de novas formas de expressão da cidadania.

Há que se destacar que a análise desse movimento permite-nos afirmar que o contexto contemporâneo de lutas urbanas expressa uma dinâmica de emergência de novos atores, demandas por direitos e espaços políticos, que influenciam na resignificação de práticas e valores da cidadania em nossas cidades. São movimentos de contestação que, a partir da captura de conceitos e instrumentos da política urbana, possibilitam a produção de novos contextos e substâncias à



demanda por cidadania e recolocam a questão do direito à cidade e à memória na agenda do debate político.

4 – Referências Bibliográficas

- BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios. Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife.** 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- _____. SILVA FILHO, Herivelto Correia da. **Memória, Geografia e Disputas Urbanas: Algumas considerações a partir da cidade do Recife/PE.** In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís, 2016, Anais, 11p. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468271540_ARQUIVO_Trabalho-Completo-ENG2016.pdf>. Acesso em 30 nov. 2016.
- BESSE, Jean-Marc. *O Gosto do Mundo: Exercícios de paisagem.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 07-10.
- BITOUN, Jan. *Centro Histórico e Identidade Territorial.* In: SARINHO, Byron; BORGES, Waldemar. (Orgs.). *Memória do Seminário Recife, Cidadania e Revitalização.* Recife: Inojosa Editores, 1993, p. 49-58.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; BRAGA, Gabriel. **Patrimônio Insurgente: Estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI.** In: Congresso Contested Cities. Barcelona, Julho, 2016. Disponível em: <<http://contested-cities.net/working-papers/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-165549-BarciBraga-Patrimoniolnsurgente.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2016.
- MELO FILHO, Dirceu Cadena de. **O patrimônio como recurso político: Disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- MOSER, Benjamin. **Autoimperialismo: Três ensaios sobre o Brasil.** São Paulo: Planeta, 2016.
- PONTUAL, Virgínia. **O antigo e o moderno no Recife: As práticas e a construção de identidades urbanísticas.** In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2007, Belém. Anais. Belém: 2007, 30p.
- PRUIJT, Hans. **Squatting in Europe.** In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. *Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Struggles.* Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem, Patrimônio e Democracia: Novos desafios para políticas públicas.* In: CASTRO, I. E. de; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). *Espaços da Democracia: Para a agenda da Geografia Política contemporânea.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 235-259.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes:** Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?.** In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (Coord). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia.* 1ed. São Paulo: ANPOCS, 2010. pp. 51-95.